

Programa de pesquisas

Mudanças Climáticas e Relações Internacionais: segurança, desenvolvimento e política externa comparada

Carlos R. S. Milani

A confluência entre a pandemia da Covid-19 e a emergência climática tem produzido intensos debates públicos sobre o “Green New Deal”, os planos de recuperação econômico-ambiental, o estado socioambiental de direito, os cenários ecológicos e sociais de transição, a necessária superação do modelo energético de combustão fóssil, os novos padrões de consumo e estilos de vida, as relações (inclusive de solidariedade) entre as formas humanas e não-humanas de vida, entre muitos outros temas. Frequentemente, tais debates partem da premissa de que teremos de reinventar-nos enquanto sociedade e civilização, de que teremos de repensar modelos econômicos e políticos que permitam a superação dessas crises nos curto e médio prazos, mas que também assegurem a viabilidade da espécie humana no futuro.

O argumento principal que procuro desenvolver neste programa de pesquisas é o seguinte: as ameaças transnacionais à segurança dos Estados, à segurança das populações e dos indivíduos, bem como à segurança da biosfera não poderão ser enfrentadas *enquanto* se mantiver viva a utopia moderna baseada em rígidas fronteiras entre nações, impedindo que pelo menos maior coordenação (para não falar em ação coletiva) e compromissos efetivos sejam possíveis no plano global; e *enquanto* líderes políticos e elites econômicas defenderem modelos neoliberais de desenvolvimento sustentados no papel quase-exclusivo das finanças, dos grandes bancos e do complexo dos combustíveis fósseis na economia internacional que funcionem, em última instância, como razão econômica, moral e política de legitimação de políticas antidemocráticas nos Estados Unidos, na Europa, na América Latina, sem esquecer o emblemático caso brasileiro, sob Jair Bolsonaro, de desmantelamento de políticas públicas de

gênero, diversidade, direitos humanos, proteção ambiental, apoio à ciência, vacinação, entre tantas outras.¹

Secundariamente, defendo a tese de que a pandemia da Covid-19 ampliou e aprofundou a percepção e a dimensão objetiva das ameaças transnacionais, trazendo assim mais legitimidade, tanto teórica quanto política, à segurança humana global (ou à segurança planetária) como um conceito da política internacional. Não apenas pelo número de mortes provocadas, mas pelos efeitos que a Covid-19 tem provocado, visibilizado ou, em alguns casos, intensificado. De fato, em todo o mundo, entre 300.000 a 500.000 pessoas morrem por vírus da gripe todos os anos. O vírus SARS-CoV-2 já matou mais de 600.000 pessoas até agora somente no Brasil. A pandemia de gripe de 1957 matou entre 1 e 2 milhões de pessoas em todo o mundo e a pandemia de gripe de 1968 matou entre 2 e 4 milhões de pessoas. Há cerca de 1,3 milhão de mortes por tuberculose a cada ano, 770 mil mortes por infecções por HIV a cada ano e 435 mil mortes por malária/ano. Ou seja, o impacto imaterial e material da pandemia não diz apenas respeito a uma lista quantitativa de indivíduos levados à morte pela doença ou de casos de contaminação pelo vírus. A confluência entre pandemia, disputas hegemônicas entre EUA e China relativas à transição de poder, as crises do capitalismo e a emergência do Antropoceno, termo controverso e popularizado pelo prêmio Nobel de Química Paul Crutzen, produz algo de novo que leva a ter de considerar a segurança humana global como conceito e como política.²

¹ Pierre Charbonnier. *Abondance et liberté, une histoire environnementale des idées politiques*. Paris, Editions La Découverte, 2020. Thiago Rodrigues, Segurança planetária, entre o climático e o humano. *Ecopolítica*, n. 3, pp. 5-41, 2012. Wendy Brown. *Nas ruínas do neoliberalismo*: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Editora Politeia, 2020

² Carolyn Merchant, *The Anthropocene and the Humanities. From Climate Change to a New Age of Sustainability*. New Haven, Yale University Press, 2020. Dipesh Chakrabarty, “The climate of history: Four theses”, *Critical Inquiry*, vol. 35, pp. 197-222, 2009. Donna J. Haraway, Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes. *ClimaCom Cultura Científica* - pesquisa, jornalismo e arte, v. 3, n. 5, 2016. José Mauricio Domingues, *Mudança climática e sociologia, subjetividade coletiva e tendências de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Cadernos do OIMC, 2021 (disponível em <http://obsinterclima.eco.br/wp-content/uploads/2021/10/Cadernos-OIMC-02-2021.pdf>). James W. Moore, *Capitalism in the Web of Life: Ecology and the Accumulation of Capital*. Londres/Nova York, Verso, 2014. Paul J. Crutzen& Eugene F. Stoermer, The Anthropocene. *Global Change Newsletter*, n. 41, pp. 17-18, 2000.

Para sustentar esses dois argumentos, desenvolvo este programa de pesquisas em torno das seguintes perguntas-chave: como se amplia o conceito de ameaça no campo da segurança internacional? Quais as mudanças necessárias no campo do desenvolvimento e como elas se expressam nos distintos contextos dos países do Sul? Como reagem os Estados (em particular África do Sul, Brasil, China, Índia, México e Turquia), em suas agendas de política externa, a fim de dar conta dos desafios postos pelas mudanças climáticas em matéria de segurança e desenvolvimento? Como e por que o negacionismo climático e as chamadas políticas de obstrução à agenda de proteção do clima como bem público global impactam nas agendas de política externa? Com tais perguntas em mente, serão desenvolvidos projetos de pesquisa (teses, dissertações, publicações) ao longo dos próximos anos, iniciando-se este programa em 2022.